

PROCESSO INSTITUINTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA ESCOLA SANTO ANDRÉ (ABAETETUBA/PA): POLÍTICAS EDUCACIONAIS, AUTONOMIA E LUTA SOCIAL

Lúisa Raquel da Silva – Universidade Federal do Pará, luisa22raquel0806@gmail.com

Jefferson Felgueiras – Universidade Federal do Pará, jeffersonfelgueiras@gmail.com

Gercina Ferreira – Universidade Federal do Pará, ferreiragercina@gmail.com

Introdução

Este trabalho está inserido no campo das Políticas Educacionais e tem como objeto de pesquisa o processo instituinte da oferta de Educação Escolar Quilombola para sujeitos remanescentes de quilombos na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santo André, situada na Comunidade Rio Baixo Itacuruçá, em Abaetetuba, Pará. A partir disso, foi construído o seguinte problema: de que modo as políticas educacionais concernentes à Educação Escolar Quilombola vêm sendo instituídas na Escola Santo André, Baixo Rio Itacuruçá, Abaetetuba, Pará?

Tendo em vista essa questão, foi elaborado o seguinte objetivo central: analisar o processo de instituição da oferta de Educação Escolar Quilombola na Escola Santo André. Além disso: foram estabelecidos objetivos específicos, sendo eles: identificar a articulação dos movimentos sociais na instituição das políticas públicas de constituição da Educação Escolar Quilombola na Escola Santo André; compreender o processo instituinte de materialização da Educação Escolar Quilombola em Abaetetuba, e por conseguinte, na Escola Santo André.

Para responder à questão proposta e alcançar os objetivos definidos, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, adequada à complexidade do objeto de estudo, que exige a análise dos significados e das práticas sociais relacionadas ao processo de instituição da Escola Santo André como escola quilombola. Inicialmente, realizou-se um levantamento da produção acadêmica sobre a educação em Abaetetuba e sobre a própria escola, identificando trabalhos relevantes, como os de Pojo (2017), Pojo e Pereira (2022), Ferranti (2013), Silva (2015) e Sousa (2009), que abordam diferentes dimensões da educação quilombola e das políticas públicas no município.

As pesquisas de Pojo (2017) e Pojo e Pereira (2022) evidenciam dimensões do cotidiano, da identidade e das experiências escolares na Comunidade Baixo Itacuruçá, ressaltando como ancestralidade, trabalho, território e saberes tradicionais constituem referências fundamentais que os jovens quilombolas levam para o espaço escolar. Em diálogo com essa perspectiva, Ferranti (2013) analisa o processo de formulação e institucionalização das políticas públicas educacionais em Abaetetuba, com ênfase na Educação do Campo e na Educação Escolar Quilombola, implementadas na Escola Santo André desde o início dos anos 2000, como parte de um movimento mais amplo de reconhecimento das especificidades socioculturais locais.

A pesquisa também se fundamentou em um amplo corpus documental, composto por leis, decretos, atas, projetos político-pedagógicos, relatórios e registros de movimentos sociais, possibilitando a compreensão dos marcos legais e normativos da institucionalização da Educação Escolar Quilombola.

Para análise dos dados adquiridos, foram utilizados os escritos de Cornélius Castoriadis, especialmente suas concepções acerca do instituinte e do instituído, como referencial teórico para a análise dos documentos consultados, nos quais se evidenciam a atuação do coletivo quilombola, as ações do poder público e a materialização do Regime de Colaboração, marcada por mudanças nos marcos legais voltadas à oferta da Educação Escolar Quilombola. Inicialmente, foi apresentada a revisão de literatura sobre a Escola Santo André e, posteriormente, o pensamento de Castoriadis e suas categorias de análise, que funcionaram como lente teórica para a compreensão do objeto investigado.

Desenvolvimento

O estudo examina o processo de institucionalização da Educação Escolar Quilombola na Escola Santo André, no Rio Baixo Itacuruçá, em Abaetetuba/PA, compreendendo-a como experiência simultaneamente instituída e instituinte, resultante das articulações e tensões entre comunidade quilombola e poder público. A partir da Constituição de 1988 e da LDB (Lei nº 9.394/1996), a democratização da educação é entendida como processo histórico permeado por disputas, avanços legais e limites estruturais, especialmente no que se refere ao financiamento, à gestão democrática e ao reconhecimento das especificidades étnico-raciais.

Damasceno e Santos (2017) destacam que a efetivação do direito à educação depende do financiamento público e do controle social, fortalecidos com a criação do FUNDEF e do FUNDEB. No plano municipal, conselhos, fóruns e conferências expressam a gestão democrática, enquanto Saviani (2010) aponta a necessidade de um Sistema Nacional de Educação que supere a fragmentação e as desigualdades históricas. Conforme Souza (2016), a política educacional constitui campo de disputas entre Estado e sociedade, envolvendo acesso, gestão e qualidade.

Na Escola Santo André, a luta inicial concentrou-se na conquista da infraestrutura, com a construção do prédio em 2006, seguida de disputas sobre gestão compartilhada entre redes municipal e estadual. Persistem limitações estruturais, como carência de profissionais, biblioteca, laboratório e transporte escolar, revelando tensões entre o direito formal e sua efetivação concreta.

A institucionalização da Educação Escolar Quilombola articula-se às conquistas do movimento negro, destacando-se o artigo 68 do ADCT e a Resolução nº 4/2010 do CNE, que reconheceu a modalidade e estabeleceu diretrizes específicas. Em Abaetetuba, o Fórum Municipal de Educação (2013) e o Plano Municipal de Educação (2015) incorporaram estratégias voltadas às comunidades quilombolas.

À luz de Castoriadis (1982), a escola é compreendida como espaço de produção de significações sociais. Ao afirmar-se como quilombola, a Escola Santo André tensiona o imaginário educacional eurocêntrico e instaura movimento instituinte, no qual a comunidade redefine sentidos de educação, identidade e território. A gestão democrática, por meio do Conselho Escolar (desde 1999), expressa prática de autonomia coletiva, conforme Dourado (2007) e Bordignon (2004).

O Projeto Político-Pedagógico, reelaborado entre 2013 e 2020, incorpora as Diretrizes da Educação Escolar Quilombola e propõe currículo interdisciplinar centrado na ancestralidade e na territorialidade, configurando ato instituidor que rompe com o currículo hegemônico. Assim, a escola revela-se espaço em que normas estatais convivem, de modo tensionado, com práticas comunitárias e reivindicações por autonomia.

Conclusão

O trabalho analisa o processo instituinte da Educação Escolar Quilombola na Escola Santo André, no Baixo Itacuruçá (Abaetetuba/PA), vinculando sua criação às lutas territoriais e educacionais das comunidades quilombolas, intensificadas após a Constituição de 1988. Destaca-se a atuação da ARQUIA na reivindicação de direitos e na participação nas decisões públicas.

A pesquisa evidencia o papel da LDB e da Lei 10.639/2003, bem como das políticas de Educação do Campo, no reconhecimento das especificidades quilombolas. Fundamentado em Castoriadis, o estudo compreende a escola como fruto da ação coletiva e expressão de autonomia social. Conclui que sua institucionalização segue em construção, exigindo participação comunitária para manter seu caráter emancipatório.

Referências

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2022.
- BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Vozes, 2004.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina. Esperança tardia: Trajetórias das políticas educacionais e planejamento da educação no Brasil. Belém: Estudos Amazônicos, 2017.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007
- FERRANTI, Adelino. A política educacional no município de Abaetetuba (pa) no período de 2005 a 2008: realidade e limites. 2013. 124 f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação, Linha de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.
- POJO, Eliana Campos. Gapuiar de saberes e de processos educativos e identitários na comunidade do Rio Baixo Itacuruçá, Abaetetuba-PA. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- POJO, Eliana Campos; PEREIRA, Rosenildo da Costa. Cotidiano de crianças quilombolas do rio Baixo Itacuruçá, Abaetetuba (PA). Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 9, n. 20, p. 165-178, maio/ago. 2022.
- SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, 2010. p. 380-412.

SILVA, Luciane Teixeira da. Educação escolar e identidade quilombola: um enfoque na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUSA, Iris Amaral de. O Quefazer Do Poder Público Municipal Na Amazônia: Os Caminhos Da Política Educacional Em Abaetetuba-Pa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLEPe), v. 1, n. 1, jan.-jun. 2016.